

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.261.997.787
Preferenciais	0
Total	2.261.997.787
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/12/2010
1	Ativo Total	11.074.880	9.599.562
1.01	Ativo Circulante	3.825.428	3.117.861
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	951.885	503.409
1.01.03	Contas a Receber	1.887.225	1.770.557
1.01.03.01	Clientes	1.887.225	1.770.557
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	1.636.967	1.496.609
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	250.258	273.948
1.01.04	Estoques	26.254	21.318
1.01.06	Tributos a Recuperar	516.036	474.162
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	516.036	474.162
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	212.269	228.904
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	303.767	245.258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	444.028	348.415
1.01.08.03	Outros	444.028	348.415
1.01.08.03.01	Fundos Vinculados	22.335	14.048
1.01.08.03.02	Contribuição de Iluminação Pública	63.614	52.258
1.01.08.03.03	Outros	358.079	282.109
1.02	Ativo Não Circulante	7.249.452	6.481.701
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.098.335	3.829.487
1.02.01.03	Contas a Receber	24.220	18.491
1.02.01.03.01	Clientes	24.220	18.491
1.02.01.06	Tributos Diferidos	739.182	637.168
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	739.182	637.168
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.328	14.656
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	15.328	14.656
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.319.605	3.159.172
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	118.566	98.718
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	820.059	641.897
1.02.01.09.05	Outros Créditos	42.014	31.464
1.02.01.09.06	Ativos Financeiros - Concessão	2.338.966	2.387.093
1.02.04	Intangível	3.151.117	2.652.214
1.02.04.01	Intangíveis	3.151.117	2.652.214
1.02.04.01.02	Ativos de Concessão	1.389.407	1.154.205
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	1.761.710	1.498.009

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/12/2010
2	Passivo Total	11.074.880	9.599.562
2.01	Passivo Circulante	2.709.506	2.404.528
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	147.075	156.978
2.01.01.01	Obrigações Sociais	147.075	156.978
2.01.01.01.01	Salários e Encargos Sociais	147.075	156.978
2.01.02	Fornecedores	806.843	770.139
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	806.843	770.139
2.01.03	Obrigações Fiscais	577.326	263.385
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	302.250	40.656
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	225.388	0
2.01.03.01.02	Impostos taxas e Contribuições	54.238	36.378
2.01.03.01.03	Outros	22.624	4.278
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	270.032	217.203
2.01.03.02.01	ICMS	270.032	217.203
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.044	5.526
2.01.03.03.01	ISS	5.044	5.526
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	521.930	410.743
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	478.925	388.825
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	442.312	357.616
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	36.613	31.209
2.01.04.02	Debêntures	43.005	21.918
2.01.05	Outras Obrigações	630.189	734.012
2.01.05.02	Outros	630.189	734.012
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	90.250	50.842
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	221.051	304.124
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	52.296	81.641
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	56.236	53.579
2.01.05.02.20	Outras	210.356	243.826
2.01.06	Provisões	26.143	69.271
2.01.06.02	Outras Provisões	26.143	69.271
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	26.143	69.271
2.02	Passivo Não Circulante	5.560.436	4.818.135
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.973.596	2.636.252
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.132.000	1.831.199
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.061.269	1.739.959
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	70.731	91.240
2.02.01.02	Debêntures	841.596	805.053
2.02.02	Outras Obrigações	2.483.240	2.150.134
2.02.02.02	Outros	2.483.240	2.150.134
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	1.333.275	1.316.001
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	660.780	508.473
2.02.02.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	297.308	196.123
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios	169.182	109.066
2.02.02.02.07	Outras	22.695	20.471
2.02.04	Provisões	103.600	31.749
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	78.784	31.749

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/12/2010
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.706	11.995
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	58.078	19.754
2.02.04.02	Outras Provisões	24.816	0
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	24.816	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.804.938	2.376.899
2.03.01	Capital Social Realizado	2.261.998	2.261.998
2.03.04	Reservas de Lucros	114.901	114.901
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	428.039	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.041.486	6.123.877	2.028.286	5.895.621
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede - Consumidores Cativos	2.571.956	7.344.755	2.377.401	7.008.769
3.01.02	Receita de Uso da Rede - Consumidores Livres	458.356	1.351.554	439.283	1.200.224
3.01.03	Receita de Construção	167.184	739.349	267.070	737.150
3.01.04	Outras Receitas Operacionais	25.786	72.066	22.269	61.871
3.01.05	Impostos Incidentes sobre as Receitas acima	-1.181.796	-3.383.847	-1.077.737	-3.112.393
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.582.665	-4.744.922	-1.660.813	-4.726.681
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-766.720	-2.230.438	-834.059	-2.094.432
3.02.02	Encargos de Uso da Reda Básica de Transmissão	-178.768	-497.579	-160.914	-468.116
3.02.03	Pessoal e Administradores	-152.492	-466.902	-144.708	-472.176
3.02.05	Materiais	-7.722	-31.076	-21.713	-62.443
3.02.06	Serviços de Terceiros	-124.330	-372.559	-135.563	-345.123
3.02.07	Amortização	-85.055	-254.723	-93.808	-273.073
3.02.08	Provisões Operacionais	-33.012	-70.792	606	-214.085
3.02.09	Custo de Construção	-167.184	-739.349	-267.070	-737.150
3.02.11	Outras	-67.382	-81.504	-3.584	-60.083
3.03	Resultado Bruto	458.821	1.378.955	367.473	1.168.940
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-127.465	-449.801	-153.099	-453.077
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.984	-41.330	-17.467	-55.372
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124.189	-317.886	-91.405	-302.483
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.708	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-90.585	-44.227	-95.222
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	331.356	929.154	214.374	715.863
3.06	Resultado Financeiro	-47.955	-170.380	-22.464	-138.724
3.06.01	Receitas Financeiras	79.451	216.034	89.568	227.864
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.406	-386.414	-112.032	-366.588
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	283.401	758.774	191.910	577.139
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.652	-224.558	16.300	-111.030

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.08.01	Corrente	-52.654	-244.753	-44.511	-109.867
3.08.02	Diferido	-9.998	20.195	60.811	-1.163
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	220.749	534.216	208.210	466.109
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	220.749	534.216	208.210	466.109

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	952.009	890.058
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.068.386	896.075
6.01.01.01	Resultado do Período	534.216	466.109
6.01.01.02	Amortização	284.224	283.056
6.01.01.03	Baixas Líquidas de Intangível	4.349	11.616
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	44.088	28.467
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-20.195	1.163
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	113.208	43.014
6.01.01.07	Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	-15.762	0
6.01.01.08	Obrigações Pós-Emprego	124.258	62.650
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-116.377	-6.017
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-187.417	-51.438
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	-3.213	-42.973
6.01.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	-140.328	0
6.01.02.04	Transporte de Energia	23.690	12.178
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-100.549	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-178.162	-163.374
6.01.02.07	Outros Realizáveis a longo prazo	-10.434	5.460
6.01.02.08	Fornecedores	36.704	99.225
6.01.02.09	Tributo e Contribuição Social	567.433	302.632
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-9.903	-100.275
6.01.02.11	Encargos do Consumidor a Recolher	-22.957	-38.195
6.01.02.12	Empréstimos e Financiamentos	101.858	44.942
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-104.327	-53.265
6.01.02.14	Perdas Instrumentos Financeiros	-27.366	-16.519
6.01.02.15	Outros	-61.406	-4.415
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-739.349	-654.172
6.02.01	No intangível	-739.349	-654.172
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	235.816	277.701
6.03.01	Financiamentos Obtidos	525.726	615.759
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-223.141	-247.152
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-66.769	-90.906
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	448.476	513.587
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	503.409	246.201
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	951.885	759.788

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.261.998	0	114.901	0	0	2.376.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.261.998	0	114.901	0	0	2.376.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-106.177	0	-106.177
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-106.177	0	-106.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.216	0	534.216
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	534.216	0	534.216
5.07	Saldos Finais	2.261.998	0	114.901	428.039	0	2.804.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.261.998	0	383.126	-550.519	0	2.094.605
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.261.998	0	383.126	-550.519	0	2.094.605
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-118.159	0	-118.159
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.159	0	-118.159
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	466.109	0	466.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	466.109	0	466.109
5.07	Saldos Finais	2.261.998	0	383.126	-202.569	0	2.442.555

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	9.466.394	8.978.419
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.507.724	9.008.014
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.330	-29.595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.115.681	-4.076.002
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-530.115	-505.090
7.02.04	Outros	-3.585.566	-3.570.912
7.02.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.230.438	-2.094.432
7.02.04.02	Encargos de Uso de Rede Básica da Transmissão	-497.579	-468.116
7.02.04.20	Outros Custos Operacionais	-857.549	-1.008.364
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.350.713	4.902.417
7.04	Retenções	-284.224	-283.056
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-284.224	-283.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.066.489	4.619.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	315.441	230.820
7.06.02	Receitas Financeiras	315.441	230.820
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.381.930	4.850.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.381.930	4.850.181
7.08.01	Pessoal	581.389	632.520
7.08.01.01	Remuneração Direta	375.242	423.434
7.08.01.02	Benefícios	169.297	170.065
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.642	29.944
7.08.01.04	Outros	6.208	9.077
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.735.455	3.359.224
7.08.02.01	Federais	1.961.776	1.689.230
7.08.02.02	Estaduais	1.771.256	1.667.933
7.08.02.03	Municipais	2.423	2.061
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	530.870	392.328
7.08.03.01	Juros	485.821	369.544
7.08.03.02	Aluguéis	45.049	22.784
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	534.216	466.109
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	106.177	161.611
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	428.039	304.498

(Reais Mil)

Código da
Conta

Descrição da Conta

Trimestre Atual
01/01/0001 à 01/01/0001

(Reais Mil)

Código da
Conta

Descrição da Conta

Trimestre Atual
01/01/0001 à 01/01/0001

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro do Período

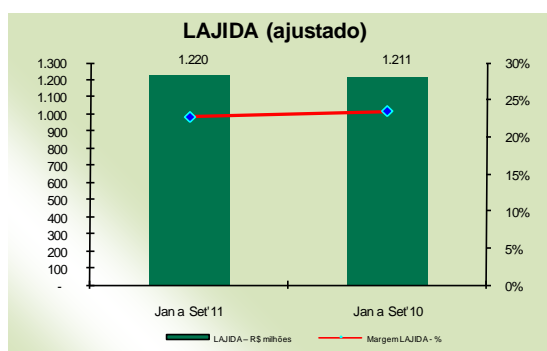
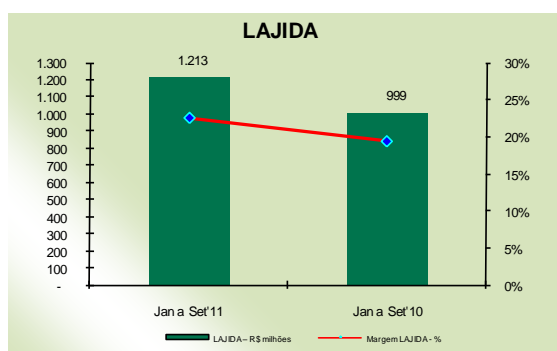
A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2011, um Lucro Líquido de R\$534.216, em comparação ao Lucro Líquido de R\$466.109, no mesmo período de 2010, um aumento de 14,61%.

Ressaltam-se, como impactos negativos no Resultado no período de janeiro a setembro de 2010, o acordo feito com a Rima Industrial S.A., impactando a despesa em R\$177.592 e reconhecimento de uma despesa de ICMS, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão a Programa de Anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no período de janeiro a setembro de 2011, apresentou um aumento de 21,47% na comparação com o mesmo período de 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou um aumento de 0,68%.

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2011	30/09/2010	Var. %
Resultado do Período	534.216	466.109	14,61
+ Despesa de IR e Contribuição Social	224.558	111.030	102,25
+ Resultado Financeiro Líquido	170.380	138.724	22,82
+ Amortização	284.224	283.056	0,41
= LAJIDA	1.213.378	998.919	21,47
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	-	177.592	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	-	25.702	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	6.207	9.078	(31,63)
= LAJIDA AJUSTADO	1.219.585	1.211.291	0,68



O aumento do LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento de 4,38% na receita, excluídos os efeitos da receita de construção. Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 19,36%, no período de janeiro a setembro de 2010, para 22,53%, no mesmo período de 2011.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.344.755, no período de janeiro a setembro de 2011, em comparação a R\$7.008.769, do mesmo período de 2010, representando um aumento de 4,79%.

No que se refere à venda para consumidores finais, os principais impactos na Receita, no período de janeiro a setembro de 2011, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 5,87% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral no período de janeiro a setembro de 2011);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/2011	30/09/2010	Var %
Residencial	6.413.145	6.066.038	5,72
Industrial	3.481.918	3.481.918	2,14
Comércio, Serviços e Outros	3.867.501	3.540.987	9,22
Rural	1.954.152	1.851.894	5,52
Poder Público	599.379	563.442	6,38
Iluminação Pública	889.788	798.338	11,46
Serviço Público	862.563	834.661	3,34
Total	18.143.080	17.137.278	5,87

Os aumentos nas classes residencial, comercial e rural decorrem, principalmente, do aumento da quantidade de consumidores, que cresceu 2,73%, 7,68% e 10,70% nessa ordem.

Receita de Uso da Rede - Consumidores Livres

Essa Receita refere-se à TUSD, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro à setembro de 2011, a Receita foi de R\$1.351.554 comparada a R\$1.200.224, no mesmo período de 2010, representando um aumento de 12,61%. Esta variação decorre, principalmente, da migração de consumidores cativos para a condição de consumidores livres, que representou um aumento de 15,56% na quantidade de consumidores livres e 5,94% no volume transportado.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no período de janeiro a setembro de 2011 foram de R\$3.383.847, comparados a R\$3.112.393, do mesmo período de 2010, representando um aumento de 8,72%.

As principais variações nas deduções à Receita são:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$416.603, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$313.661, do mesmo período de 2010, representando um aumento de 32,82%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$294.071, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$255.010, do mesmo período de 2010, representando um aumento de 15,32%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base (setembro a agosto).

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$5.194.723, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$5.179.758, do mesmo período de 2010, representando um aumento de 0,29%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento na energia comprada para revenda e do aumento na prestação de serviços por terceiros, parcialmente, compensados pela redução nas provisões operacionais, decorrente do reconhecimento, em 2010, do montante de R\$177.592, em função de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.230.438, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$2.094.432, do mesmo período de 2010, representando um aumento de 6,49%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 53,93% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$240.534, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$156.264, do mesmo

período de 2010, somado ao acréscimo de 5,21% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, que foi de R\$1.303.891, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$1.239.299, do mesmo período de 2010. O aumento no valor da energia adquirida em ambiente regulado decorre, principalmente, de recontabilização dos pagamentos, por determinação do Órgão Regulador, para usinas térmicas com atraso no cronograma de implantação, no montante de R\$23.971. Estes aumentos foram, parcialmente, compensados pela redução de 8,35% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$556.345, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$607.023, no mesmo período de 2010, em decorrência da valorização do Real frente ao Dólar, no período de janeiro a setembro de 2010, comparada a uma desvalorização no mesmo período de 2011.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$739.349, no período de janeiro a setembro 2011, comparados a R\$737.150, do mesmo período de 2010, uma aumento de 0,30%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$113.208, no período de janeiro a setembro 2011, comparados a R\$243.719, do mesmo período de 2010, uma redução de 53,55%. Esta variação decorre, principalmente, da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no montante de R\$177.592, provisionados em maio de 2010.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$486.275 no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$437.712 do mesmo período de 2010, representando um aumento de 11,09%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, conservação e limpeza, leitura de medidores e entrega de faturas de energia.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. às Informações Trimestrais.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$51.992 no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$95.899 no período de janeiro a setembro de 2010, representando uma redução de 45,78%. Este resultado decorre, substancialmente, do ajuste em 2011 do valor provisionado no ano anterior de participação nos resultados, no valor de R\$15.746, somado ao valor adicional de R\$29.594,

relativo à Participação Extraordinária no Resultado, em função da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho, em novembro de 2009.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro, no período de janeiro a setembro de 2011, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$170.380, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$138.724 no mesmo período de 2010. Este resultado decorre do aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$216.677, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$186.597, no mesmo período de 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos, refletindo o processo de aumento da taxa SELIC ocorrida neste ano.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.558 em relação ao lucro de R\$758.774, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 29,60%. No período de janeiro a setembro de 2010, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$111.030 em relação ao lucro de R\$577.139, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 19,24%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais. Nos períodos de janeiro a setembro de 2011 e 2010, a Companhia destinou Juros sobre Capital Próprio, nos montantes de R\$106.177 e R\$118.159, respectivamente, cujos benefícios fiscais, apurados, foram de R\$36.100 e R\$40.174, nessa ordem.

Conciliação do Lucro Líquido com o Lucro Líquido Regulatório

A conciliação do Lucro Líquido de acordo com as novas práticas contábeis e o Lucro Líquido Regulatório, que determina o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, é como segue:

	30/09/2011
Lucro Líquido acumulado até Período	534.216
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios - CVA (*)	(112.413)
Demais Componentes Regulatórios (**)	(80.728)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	103.424
Lucro Líquido Regulatório acumulado até Período	444.500

(*) Conta de Compensação de Variação de itens da Parcela A – CVA

(**) referem-se Subvenção Baixa Renda , Descontos Concedidos Diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2011 E 2010

	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
RECEITA	2.041.486	2.028.286	0,65
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(172.762)	(159.484)	8,33
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(31.949)	(37.374)	(14,52)

Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(21.833)	(28.221)	(22,64)
Materiais	(10.622)	(22.641)	(53,09)
Serviços de Terceiros	(170.405)	(171.184)	(0,46)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(766.720)	(834.059)	(8,07)
Amortização	(94.629)	(95.402)	(0,81)
Provisões Operacionais	(50.082)	(9.772)	412,51
Custo de Construção	(167.184)	(267.070)	(37,40)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(178.768)	(160.913)	11,10
Outras Despesas Líquidas	(45.176)	(27.792)	62,55
	(1.710.130)	(1.813.912)	(5,72)
Resultado antes do Resultado Financeiro	331.356	214.374	54,57
Resultado Financeiro Líquido	(47.955)	(22.464)	113,47
Resultado antes dos Impostos	283.401	191.910	47,67
Imposto de Renda e Contribuição Social	(52.654)	(44.511)	18,29
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(9.998)	60.811	(116,44)
Resultado do Período	220.749	208.210	6,02
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária	0,0976	0,0920	
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária	0,0976	0,0920	

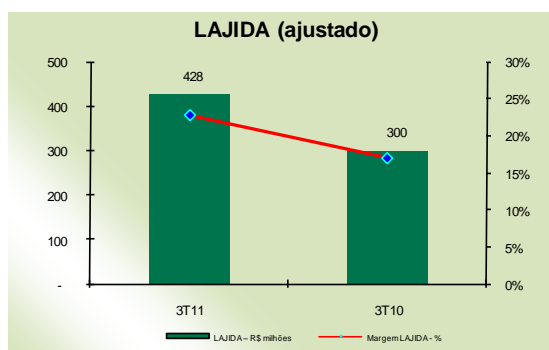
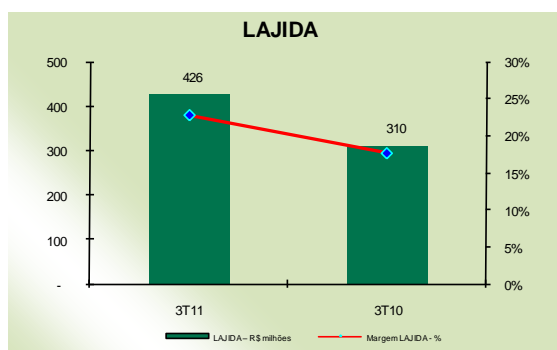
Lucro do Trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2011, um Lucro de R\$220.749, em comparação ao Lucro de R\$208.210 no terceiro trimestre de 2010, com aumento de 6,02% entre os períodos comparados.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no terceiro trimestre de 2011, apresentou um aumento de 37,51% na comparação com o mesmo período de 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou uma redução de 42,83%.

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var %
Resultado do Período	220.749	208.210	6,02
+ Despesa de IR e Contribuição Social	62.652	(16.300)	(484,37)
+ Resultado Financeiro Líquido	47.955	22.464	113,47
+ Amortização	94.629	95.402	(0,81)
= LAJIDA	425.985	309.776	37,51
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	1.900	(10.207)	(81,39)
= LAJIDA AJUSTADO	427.885	299.569	42,83



O aumento do LAJIDA, no terceiro trimestre de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento na Receita de 6,42%, excluídos os efeitos da Receita de Construção. Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 17,59%, no terceiro trimestre de 2010, para 22,73%, no terceiro trimestre de 2011.

Ajustada aos itens não recorrentes, a margem do LAJIDA acompanha o aumento do LAJIDA, passando de 17,01% no terceiro trimestre de 2010 para 22,83% no terceiro trimestre de 2011.

Receita

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	2.571.956	2.377.401
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	458.356	439.283
Receita de Construção	167.184	267.070
Outras Receitas Operacionais	25.786	22.269
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas Acima	(1.181.796)	(1.077.737)
Receita Total	2.041.486	2.028.286

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
Residencial	2.144.445	2.021.422	6,09	1.115.444	979.413	13,89
Industrial	1.142.526	1.209.299	(5,52)	422.532	436.127	(3,12)
Comércio, Serviços e Outros	1.253.096	1.116.538	12,23	562.942	504.964	11,48
Rural	812.788	745.724	8,99	203.717	176.613	15,35
Poder Público	197.181	187.221	5,32	85.783	80.981	5,93
Iluminação Pública	311.564	266.952	16,71	84.254	69.378	21,44
Serviço Público	296.564	285.923	3,72	88.718	84.247	5,31
Subtotal	6.158.164	5.833.079	5,57	2.563.390	2.331.723	9,94
Consumo Próprio	8.237	8.138	1,22	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	18.611	32.419	(42,59)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(10.058)	4.859	(307)
	6.166.401	5.841.217	5,57	2.571.943	2.369.001	8,57
Transações com Energia na CCEE (**)	64.191	459.994	(86,05)	13	8.400	(99,85)
	6.230.592	6.301.211	(1,12)	2.571.956	2.377.401	8,18

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.571.956 no terceiro trimestre de 2011, em comparação a R\$2.377.401, no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 8,18%.

Os principais impactos na Receita de 2011 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- Aumento de 5,57% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo o consumo próprio).

Receita de Uso da Rede

Esta receita refere-se à TUSD, advinda dos Encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão e apresentou um aumento de 4,34% nos trimestres comparados (R\$458.356, no terceiro trimestre de 2011, em comparação a R\$439.283 no terceiro trimestre de 2010). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para a condição de consumidores livres.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var %
Impostos sobre a Receita:			
ICMS	610.665	556.659	9,70
COFINS	230.712	206.068	11,96
PIS-PASEP	50.089	60.910	(17,77)
ISSQN	112	122	(8,20)
	<u>891.578</u>	<u>823.759</u>	<u>8,23</u>
Encargos do Consumidor:			
Reserva Global de Reversão - RGR	16.072	22.886	(29,77)
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.024	9.486	(4,87)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	98.024	84.800	15,59
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	152.660	121.627	25,51
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.610	3.795	(4,87)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.610	3.795	(4,87)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.804	1.897	(4,90)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	5.414	5.692	(4,88)
	<u>290.218</u>	<u>253.978</u>	<u>14,27</u>
	<u>1.181.796</u>	<u>1.077.737</u>	<u>9,66</u>

As principais variações nos impostos e encargos sobre a Receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos, referentes à CCC foram de R\$152.660, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$121.627, no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 25,51%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes à CDE, foram de R\$98.024, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$84.800, no terceiro trimestre de 2010, um aumento de 15,59%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo o Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o custo de construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$1.710.130, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$1.813.912, no terceiro trimestre de 2010, representando uma redução de 5,72%. Este resultado decorre, principalmente, da redução nos Custos de Construção, somada à redução da Energia Comprada para Revenda, parcialmente, compensada pelo aumento nas Provisões Operacionais e do aumento nos Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$50.082, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$9.772, no terceiro trimestre de 2010, o que representou um aumento de 412,51%. Esta variação decorre, principalmente, da Companhia ter reavaliado a expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197, no terceiro trimestre de 2011.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão foram de R\$178.768, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$160.913, no terceiro trimestre de 2010, o que representou um aumento de 11,10%. Esta variação decorre, principalmente, da divulgação do índice de atualização (IGP-M) da Receita de Concessão da Transmissão, a partir de julho de 2011.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$766.720, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$834.059, no terceiro trimestre de 2010, representando uma redução de 8,07%. Este resultado decorre, principalmente, da redução no valor médio da energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, que foi de R\$424.157, no terceiro trimestre de 2011, contra R\$526.526, no terceiro trimestre de 2010. Esta redução foi, parcialmente, compensada, em função do aumento de 14,81% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$97.339, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$84.780, do mesmo período de 2010, somado ao acréscimo de 14,64% nos contratos bilaterais, que foi de R\$79.209, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$69.096 do mesmo período de 2010.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$167.184, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$267.070, no terceiro trimestre de 2010, uma redução de 37,40%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$172.762, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$159.484, no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 8,33%. Este resultado decorre, substancialmente, da redução da Despesa com o Plano de Desligamento Voluntário - PDV, reconhecida no terceiro trimestre de 2010, no montante de R\$10.207.

Resultado Financeiro Líquido

	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	23.973	19.158	25,13
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	24.593	29.951	(17,89)
Variações Cambiais	(7.927)	21.389	(137,06)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	28.419	-	-
Variações Monetárias	16.226	10.348	56,80
Outras	6.824	8.722	(21,76)
	92.108	89.568	2,84
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(79.034)	(72.030)	9,72
Variações Cambiais	(13.748)	(2.719)	405,63
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(13.360)	(9.686)	37,93
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(6.503)	(5.960)	9,11
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(720)	-
Variação Monetária P&D e PEE	(6.560)	(6.604)	(0,67)
Outras	(20.858)	(14.313)	45,73
	(140.063)	(112.032)	25,02
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(47.955)	(22.464)	113,47

O Resultado Financeiro, no terceiro trimestre de 2011, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$47.955, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$22.464, no terceiro trimestre de 2010. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Ganhos líquidos com variações cambiais, no terceiro trimestre de 2011, no montante de R\$6.744, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a Instrumentos Financeiros, comparados aos ganhos líquidos de R\$17.950, no terceiro trimestre de 2010, advindos basicamente de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao Dólar norte-americano. Este resultado decorre principalmente da desvalorização do Real frente ao Dólar no terceiro trimestre de 2011, comparada a uma valorização no terceiro trimestre de 2010. O Dólar apresentou, no terceiro trimestre de 2011, uma valorização de 18,79% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, uma desvalorização de 5,96%.

- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$79.034, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$72.030 no terceiro trimestre de 2010, um aumento de 9,72%. Esse aumento decorre de novas captações realizadas em abril de 2011, somada à maior variação do CDI no terceiro trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010. A variação do CDI, no terceiro trimestre de 2011 foi de 3,01% comparado a 2,61% no terceiro trimestre de 2010.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº Erro! Fonte de referência não encontrada. das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2011, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$62.652 em relação ao lucro de R\$283.401, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 22,11%. No terceiro trimestre de 2010, houve crédito com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$16.300, em relação ao lucro de R\$191.910. Nos terceiros trimestres de 2011 e 2010, a Companhia apurou Benefícios Fiscais nos montantes de R\$36.100 e R\$22.536, respectivamente, em decorrência da destinação de Juros sobre o Capital Próprio, nos montantes de R\$106.177 e R\$66.281.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Companhia tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.261.636 consumidores em 30 setembro de 2011.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010, bem como as demonstrações contábeis para o exercício fim em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	20.084	47.768
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	903.486	452.955
Letras Financeiras do Tesouro	5.371	713
Letras do Tesouro Nacional	1.725	-
Outras	21.219	1.973
	931.801	455.641
	951.885	503.409

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em Instituições Financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB, pré ou pós-fixados, e os Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme a operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 21.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2011	31/12/2010
Residencial	489.224	168.565	103.211	761.000	655.288
Industrial	148.903	26.736	236.992	412.631	406.432
Comércio, Serviços e Outras	221.695	44.107	89.036	354.838	328.717
Rural	79.695	21.114	23.798	124.607	99.161
Poder Público	64.421	5.340	31.873	101.634	87.584
Iluminação Pública	51.587	4.111	24.493	80.191	71.583
Serviço Público	45.973	4.436	44.876	95.285	104.132
Subtotal – Consumidores	1.101.498	274.409	554.279	1.930.186	1.752.897
Suprimento a Outras Concessionárias	-	1.168	880	2.048	917
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(271.047)	(271.047)	(238.714)
	1.101.498	275.577	284.112	1.661.187	1.515.100
Ativo Circulante				1.636.967	1.496.609
Ativo Não Circulante				24.220	18.491

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 21.

5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS a Recuperar	172.915	145.528
COFINS	31.218	67.748
PASEP	6.778	14.704
Outros	1.358	924
	212.269	228.904
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	57.233	46.714
COFINS	50.392	42.728
PASEP	10.941	9.276
	118.566	98.718
	330.835	327.622

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de Infraestrutura em função da Concessão, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização após setembro de 2012.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar registrados são decorrentes de aquisições de Infraestrutura em função da Concessão, que podem ser compensados em 48 meses.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2011 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2011, registrados na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda	234.384	160.684
Contribuição Social	69.383	84.574
	303.767	245.258

A Companhia possui Créditos Tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e de Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30/09/2011	31/12/2010
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	262.767	252.376
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	100.016	89.023
Provisões	35.224	10.795
Instrumentos Financeiros	43.099	33.043
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	122.309
Taxa de Administração	8.981	9.150
Variação Cambial	91.882	89.372
Outros	44.058	31.100
	739.182	637.168

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Companhia referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 30 de setembro de 2011, conforme abaixo:

	30/09/2011
2011	134.347
2012	269.733
2013	111.701
2014	111.701
2015	111.700
	739.182

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social	30/09/2011	30/09/2010
Resultado antes dos Impostos	758.774	577.139
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(257.984)	(196.227)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	5.498	1.545
Juros sobre Capital Próprio	36.100	40.174
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.822)	(2.045)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(9)	2.188
Outros(1)	(6.341)	43.335
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(224.558)	(111.030)
Alíquota Efetiva	29,60%	19,24%
Corrente	(244.753)	(109.867)
Diferido	20.195	(1.163)

(1) Efeitos fiscais referentes a gratificação de administradores, multas indedutíveis de IRPJ, IRPJ exigibilidade suspensa, despesas CSLL e incentivo fiscal audiovisual.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/09/2011	31/12/2010
Trabalhista	127.969	119.622
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	472.678
Outros	587	332
Outros	73.181	43.565
	820.059	641.897

Os saldos de depósitos judiciais relativos a PASEP/COFINS possuem provisão correspondente a obrigação a pagar na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 0.

8. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Ativos Financeiros - Concessão		Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2010		2.387.093
Adições		209.612
Baixas		(707)
Transferências		(257.032)
Saldo em 30 de setembro de 2011		2.338.966

9. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2011

	30/09/2011			31/12/2010
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos da Concessão	7.755.197	(5.748.451)	2.006.746	2.059.271
(-) Obrigações especiais	(1.052.970)	435.631	(617.339)	(905.066)
Ativos da Concessão Líquidos	6.702.227	(5.312.820)	1.389.407	1.154.205
Intangível em Curso	1.761.710	-	1.761.710	1.498.009
	8.463.937	(5.312.820)	3.151.117	2.652.214

b) Mutação do ativo intangível em 30 de setembro de 2011

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/09/2011
Ativos da Concessão	2.059.271	79.306	257.272	(3.398)	(385.705)	2.006.746
(-) Obrigações Especiais	(905.066)	186.730	-	-	100.997	(617.339)
Ativos da Concessão Líquidos	1.154.205	266.036	257.272	(3.398)	(284.708)	1.389.407
Intangível em Curso	1.498.009	263.701	-	-	-	1.761.710
	2.652.214	529.737	257.272	(3.398)	(284.708)	3.151.117

O Ativo Intangível é composto pelos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, direito de exploração de concessões, servidão de passagem e pelo direito de exploração da concessão originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão). De acordo com o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, o Ativo Intangível corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição é estabelecida pela agência reguladora ANEEL para efeitos de determinação da tarifa, essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios representando a melhor estimativa de vida útil dos bens. A ANEEL também é responsável pela apuração do valor da indenização no vencimento da concessão.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

10. FORNECEDORES

	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	130.020	128.840
Furnas	12.820	26.847
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	103.318	99.924
Cemig Geração e Transmissão	26.890	28.145
Cemig Capim Branco Energia	7.401	7.318
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica	5.001	-
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	6.812	10.548
CESP – Cia. Energética de São Paulo	4.958	4.852
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	10.065	11.739
CTEEP – Cia. de Trasm. de Energia Elétrica Paulista	1.874	6.191
Eletronorte	1.392	4.869
Eletrorute	1.243	3.794
CGTEE - Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	195	3.979
Ponte de Pedra Energética	-	12.389
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	1.367	1.367
Outros Geradores e Distribuidores	310.545	225.190
	623.901	575.992
Materiais e Serviços	182.942	194.147
	806.843	770.139

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS	270.032	217.203
COFINS	32.948	16.602
PASEP	7.154	3.599
INSS	14.136	16.177
Outros	27.668	9.804
	351.938	263.385
Não Circulante		
COFINS	542.911	417.772
PASEP	117.869	90.701
	660.780	508.473
	1.012.718	771.858

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida judicialmente, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos dez anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008. Entretanto, a partir de agosto de 2011, a Companhia vem efetuando o recolhimento.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda	175.555	-
Contribuição Social	49.833	-
	225.388	-
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		
Imposto de Renda	218.609	144.208

Contribuição Social	78.699	51.915
	297.308	196.123
	522.696	196.123

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial e *Hedge*) pelo Regime de Caixa, que são devidos à medida da realização (pelo pagamento ou resgate), aos ajustes dos Instrumentos Financeiros ao mercado e, ao valor presente, Juros sobre Obras em Andamento (JOA), Custos de Captação de Empréstimos e às Compensações das Variações da Parcela A (CVA).

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do Ativo, na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social à Recuperar.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2011						31/12/2010
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6,00	USD	23.968	23.180	47.148	62.597
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	10.899	40.149	51.048	51.035
KFW	2016	4,50	EUR	1.746	7.402	9.148	8.817
Dívida em Moeda Estrangeira				36.613	70.731	107.344	122.449
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.309	5.000	10.309	15.876
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	5.141	96.000	101.141	103.067
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	16.262	300.000	316.262	305.947
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83	R\$	94.056	600.000	694.056	633.616
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	11,58	R\$	(4.324)	(3.131)	(7.455)	(3.122)
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	109,80 do CDI	R\$	55.879	97.889	153.768	148.671
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	21.184	410.000	431.184	-
Banco do Brasil S.A.	2014	0,64	R\$	(2.597)	(3.944)	(6.541)	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.426	37.728	73.154	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.129	1.737	2.866	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.763	24.869	50.632	74.615
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	67.422	68.579	136.001	191.491
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	31.075	493.289	524.364	472.333
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	11.930	348.307	360.237	354.638
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	67.278	371.236	438.514	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.295	2.024	6.319	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	13.283	12.489	25.772	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.806	40.793	77.599	101.917
Dívida em Moeda Nacional				485.317	2.902.865	3.388.182	2.924.546
Total Geral				521.930	2.973.596	3.495.526	3.046.995

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
a. *Taxa Contratual.
b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
c. *** Taxa equivalente

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte - Americano	7.295	29.643	27.323	2.072	-	-	-	31.863	98.196
Euro	924	1.645	1.645	1.644	1.645	1.645	-	-	9.148
	8.219	31.288	28.968	3.716	1.645	1.645	-	31.863	107.344
Indexadores									
Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA	31.075	-	-	-	164.430	164.430	164.429	-	524.364
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	11.930	-	-	348.306	-	-	-	-	360.236
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	18.607	70.565	65.705	65.907	57.551	46.273	37.182	76.724	438.514
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	135.694	362.881	468.380	405.193	-	-	-	-	1.372.148
Sem Indexador	93.060	(4.576)	598.117	-	-	-	-	-	686.601
Outros	3.448	846	266	646	468	215	215	215	6.319
	293.814	429.716	1.132.468	820.052	222.449	210.918	201.826	76.939	3.388.182
	302.033	461.004	1.161.436	823.768	224.094	212.563	201.826	108.802	3.495.526

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2011 %	Indexadores	Varição Acumulada em 2011 %
Dólar Norte-americano	11,30%	IGP-M	4,15%
Euro	11,93%	FINEL	0,82%
		IPCA	5,08%
		CDI	8,69%

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.046.995
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	525.726
Varição Monetária e Cambial	44.088
Encargos Financeiros Provisionados	264.215
Encargos Capitalizados	6
Encargos Financeiros Pagos	(157.947)
Amortização de Financiamentos	(223.141)
Custo de Transação na Obtenção de Financiamentos	(7.694)
Amortização do Custo de Transação na Obtenção de Financiamentos	3.278
Saldo em 30 de setembro de 2011	3.495.526

Novas Captações

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado, com custo de 98,5% da variação do CDI, será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

Entre julho e setembro de 2011, a Companhia captou, junto à Eletrobrás, R\$98.000, representados por cento e vinte notas promissórias. Estes recursos captados, com custo de 5% a.a., serão utilizados para subsidiar o programa de universalização de energia elétrica Luz para Todos.

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

13. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão – RGR	34.634	29.330
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	50.887	40.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.675	28.385
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.697
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.503	2.124
Eficiência Energética	137.110	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	93.932	102.701
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.251	1.062
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	14.477
Encargos de Capacidade Emergencial	30.522	31.049
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	3.706	3.128
	390.233	413.190
Passivo Circulante	221.051	304.124
Passivo Não Circulante	169.182	109.066

14. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela CEMIG Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Encontra-se reconhecida, em 30 de setembro de 2011, uma obrigação a pagar pela Companhia referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$617.869 e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	628.500	403.947	21.972	315.161	1.369.580
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	58.756	36.945	729	27.828	124.258
Contribuições Pagas	(69.387)	(27.468)	(436)	(7.036)	(104.327)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2011	617.869	413.424	22.265	335.953	1.389.511
Passivo Circulante					56.236
Passivo Não Circulante					1.333.275

15. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço conforme segue:

	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Saldo em 30/09/2011
--	---------------------	-----------------------	---------------------

Trabalhistas			
Diversos	11.995	8.711	20.706
Cíveis			
Danos Pessoais	4.314	31.862	36.176
Majoração Tarifária	1.166	1.086	2.252
Outras	14.274	5.376	19.650
Regulatórios			
Processos Administrativos da ANEEL	-	24.816	24.816
Total	31.749	71.851	103.600

Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, controladora da Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. O valor da contingência é de R\$2.252 e corresponde à perda potencial da Companhia nessa matéria.

Processos Administrativos da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, por meio da Superintendência de Ficalização dos Serviços de Eletricidade-SFE, autuou a Companhia em função do descumprimento de limites dos indicadores coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$24.816 e corresponde à perda potencial da Companhia nessa matéria.

Ações Cíveis

A Companhia reavaliou, no 3º trimestre de 2011, a expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197 no trimestre mencionado.

Ações cuja expectativa de perda é considerada menos provável que sim do que não que exista uma obrigação presente em 30 de setembro de 2011

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, no montante de R\$87.268, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a

condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, foi fixada multa diária de R\$1 mil no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$119.855.

Contribuições à Seguridade Social

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração exigindo contribuições destinadas à Seguridade Social, relativas aos exercícios de 2005 e 2006. Os principais questionamentos referem-se à glosa da Receita Federal de Salário “in natura” Alimentação e as Participações nos Lucros e Resultados nos períodos de 2005 e 2006, sendo questionada a definição de metas e indicadores corporativos. O valor da continência é de R\$176.337.

Não recolhimento de ICMS incidente sobre a TUSD

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais emitiu Auto de Infração exigindo o recolhimento do ICMS incidente sobre às parcelas que compõem a TUSD faturadas no período de agosto de 2005 a setembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida. O valor da contingência é de R\$217.835.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$176.501.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$1.030.565.

Irregularidades na Medição do Consumo e/ou Cobranças Indevidas

Diversos consumidores solicitam a revisão na medição do consumo, o cancelamento de cobranças indevidas, a devolução, em dobro, dos valores pagos indevidamente e o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.

Devida às reavaliações das probabilidades de perdas dos processos relativos à Relação de Consumo, o valor, estimado, da contingência é de R\$21.953. Foi provisionado o valor de R\$2.501, que passou para perda mais provável que sim do que não que haja uma obrigação presente.

Contingências da Controladora

A CEMIG, controladora da Companhia, discute em juízo ações para as quais considera ser mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço. Um eventual desfecho negativo nessas causas pode vir a impactar os negócios da Companhia. As principais causas que tem esta característica estão descritas a seguir:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis contra a CEMIG, no valor aproximado de R\$5.302, contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo Recomposição Tarifária Extraordinária e índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003. Foi solicitado o reembolso em dobro dos montantes que eventualmente venham a ser considerados como cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.
- A CEMIG é ré em diversos processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total aproximado de R\$686.467. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2011, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

O Conselho da Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, deliberou declarar Juros Sobre o Capital Próprio, a serem compensados com os Dividendos Mínimos Obrigatórios do exercício de 2011, no montante de R\$106.177.

17. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2011	30/09/2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	7.344.755	7.008.769
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.351.554	1.200.224
Receita de Construção	739.349	737.150
Outras Receitas Operacionais	72.066	61.871
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima	(3.383.847)	(3.112.393)
	6.123.877	5.895.621

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (**)		R\$	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Residencial	6.413.145	6.066.038	3.155.589	2.935.128

Industrial	3.556.552	3.481.918	1.226.300	1.259.093
Comércio, Serviços e Outros	3.867.501	3.540.987	1.652.970	1.585.358
Rural	1.954.152	1.851.894	517.771	470.255
Poder Público	599.379	563.442	249.607	243.515
Iluminação Pública	889.788	798.338	231.559	207.105
Serviço Público	862.563	834.661	245.702	245.227
Subtotal	18.143.080	17.137.278	7.279.498	6.945.681
Consumo Próprio	26.443	26.681	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (*)	-	-	63.636	99.486
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(18.025)	(49.862)
	18.169.523	17.163.959	7.325.109	6.995.305
Transações com Energia na CCEE (**)	296.423	1.406.312	19.646	13.464
Total	18.465.946	18.570.271	7.344.755	7.008.769

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRÁS.

(**) Informação não revisada pelos Auditores Independentes

(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos, referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

Outras Receitas Operacionais

	30/09/2011	30/09/2010
Serviço Taxado	10.425	12.027
Outras Prestações de Serviços	15.591	8.734
Aluguel e Arrendamento	44.707	40.652
Outras	1.343	458
	72.066	61.871

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2011	30/09/2010
Impostos sobre a Receita:		
ICMS	1.746.925	1.638.490
COFINS	669.554	616.998
PIS-PASEP	145.364	159.173
ISSQN	433	360
	2.562.276	2.415.021
Encargos do Consumidor:		
Reserva Global de Reversão - RGR	45.426	48.348
Programa de Eficiência Energética - PEE	25.177	28.616
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	294.071	255.010
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	416.603	313.661
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.071	11.436
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	10.071	11.436
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.035	5.718
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	15.117	23.147
	821.571	697.372
	3.383.847	3.112.393

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2011	30/09/2010
Pessoal (a)	542.052	547.696
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	51.992	95.899
Obrigações Pós-emprego (Nota 14)	65.498	62.650
Materiais	43.840	67.378
Serviços de Terceiros (b)	486.275	437.712
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.230.438	2.094.432
Amortização	284.224	283.056
Provisões Operacionais (d)	113.208	243.719
Custo de Construção	739.349	737.150
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	497.579	468.116
Outras Despesas Líquidas (e)	140.268	141.950
	5.194.723	5.179.758

a) Despesa com Pessoal	30/09/2011	30/09/2010
Remunerações e Encargos	490.913	497.669
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	31.438	31.137
Benefícios Assistenciais	69.818	68.308
	592.169	597.114
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(56.324)	(58.496)
Programas de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	6.207	9.078
	542.052	547.696

b) Serviços de Terceiros	30/09/2011	30/09/2010
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	110.053	96.448
Comunicação	52.888	44.809
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	101.679	103.538
Conservação e Limpeza de Prédios	29.924	19.138
Mão de Obra Contratada	32.186	34.957
Fretes e Passagens	3.133	4.133
Hospedagem e Alimentação	9.818	12.309
Vigilância	5.599	5.361
Consultoria	1.833	1.411
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	26.609	25.829
Manutenção e Conservação de Veículos	11.822	15.125
Corte e Religação	20.951	23.380
Outros	79.780	51.274
	486.275	437.712

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2011	30/09/2010
Energia de Itaipu Binacional	556.345	607.023
Energia de Curto Prazo	240.534	156.264
Contratos Bilaterais	202.794	185.812
Energia Adquirida em Leilão	1.303.891	1.239.299
PROINFA	130.290	128.997
Créditos de PASEP/COFINS	(203.416)	(222.963)
	2.230.438	2.094.432

d) Provisões Operacionais	30/09/2011	30/09/2010
Prêmio de Aposentadoria	27	(6.436)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	41.330	29.595
Contingências Trabalhistas	8.711	2.406
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	24.816	9.282
Provisão para Ações Cíveis - Majoração Tarifária	1.086	180.408
Outras provisões jurídicas	37.238	28.464
	113.208	243.719

e) Outras Despesas Líquidas	30/09/2011	30/09/2010
Arrendamentos e Aluguéis	45.049	22.784
Propaganda e Publicidade	9.169	20.744
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.256	7.960
Subvenções e Doações	9.519	10.032
Taxa de Fiscalização da ANEEL	15.896	16.648
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	10.516	9.796
Contribuições ao MAE	2.197	27.114
Seguros	1.397	1.661
Taxa de Fiscalização - TFDR	22.482	2.504
Outras	8.787	22.707
	140.268	141.950

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/09/2011	30/09/2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	52.101	36.534
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	84.472	86.173
Variações Cambiais	7.954	37.243
Ganhos com Instrumentos Financeiros <i>(nota 21)</i>	15.762	-
Variações Monetárias	39.539	53.473
Outras	16.206	14.441
	216.034	227.864
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(216.677)	(186.597)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(58.756)	(51.073)
Variações Cambiais	(16.376)	(26.755)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(36.705)	(38.412)
Perdas Líquidas com Instrumentos Financeiros <i>(nota 21)</i>	-	(4.817)
Variação Monetária P&D e PEE	(19.369)	(16.464)
Outras	(38.531)	(42.470)
	(386.414)	(366.588)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(170.380)	(138.724)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
CEMIG								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	4.863	4.992	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	90.250	50.842	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	4.061	3.782	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	862	247	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (1)	3.312	3.368	26.890	28.145	35.256	54.436	(177.401)	(187.404)
Outros	4	31	588	594	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	10.894	10.761	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	870	162	-	-	(4.543)	(15)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (4)	8.549	8.619	-	-	66.060	63.495	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	172.915	145.528	270.032	217.203	(1.746.925)	(1.638.490)	-	-
Consumidores e Revendedores (2)	25.016	39.893	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis - ICMS (5)	57.233	46.714	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (3)	-	-	56.236	53.579	-	-	(65.498)	(62.650)
Despesa com Pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(31.438)	(31.137)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(6.462)	(5.452)
Outros	-	-	15.886	45.798	-	-	(5.846)	(5.021)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	1.333.275	1.316.001	-	-	-	-
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Programa Luz para Todos	-	-	1	3.352	-	-	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para Todos	-	3.449	1.628	883	-	-	-	-
OUTROS								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	373	113	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	12.648	-	8.349	-	(81.710)	-
Outros	32	-	3.146	-	4.404	-	(16)	-

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrentes do leilão público de energia, ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita por meio de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu, posteriormente, os contratos que deveriam ser assinados entre Distribuidores e Geradores.

Considera-se, adicionalmente, os contratos de fornecimento e transporte de energia entre a Cemig Distribuição e a Cemig Geração e Transmissão, dentro da sua área de concessão.

(2) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.

(3) Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (Vide Nota Explicativa nº 14) e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL por meio de Resolução referente ao Reajuste Tarifário anual da Companhia.

(5) As operações com ICMS registradas nas Informações Trimestrais referem-se às operações de venda de energia e créditos de aquisição de Infraestrutura em função Concessão e são realizadas em conformidade com a Legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(6) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 14), calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade com o regulamento do Fundo.

(7) Recursos para o Custeio Administrativo Anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nessa categoria as Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nessa categoria, os Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários Transportes de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros Concessão e Créditos com Controladas. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos, Caixa e Equivalentes de Caixa; e
- Passivos Financeiros mensurados pelo custo amortizado: são os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Fornecedores, mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da Taxa de Juros Efetiva.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e Depósitos Bancários	20.084	20.084	47.768	47.768
Consumidores e Revendedores	1.661.187	1.661.187	1.515.100	1.515.100
Concessionários - Transporte de Energia	250.258	250.258	273.948	273.948
Fundos Vinculados	22.335	22.335	14.048	14.048
Ativos Financeiros - Concessão	2.338.966	2.338.966	2.387.093	2.387.093
Créditos com Controladas	15.328	15.328	14.656	14.656
	<u>4.308.158</u>	<u>4.308.158</u>	<u>4.252.613</u>	<u>4.252.613</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa	931.801	931.801	455.641	455.641
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado (Empréstimos e Recebíveis):				
Fornecedores	806.843	806.843	770.139	770.139
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.495.526	3.495.526	3.046.995	3.046.995
	<u>4.302.369</u>	<u>4.302.369</u>	<u>3.817.134</u>	<u>3.817.134</u>
Valor justo por meio de resultado:				
Contrato de Swap	26.143	26.143	69.271	69.271
	<u>9.568.471</u>	<u>9.568.471</u>	<u>8.594.659</u>	<u>8.594.659</u>

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a Liquidez e a Rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no Resultado e no Fluxo de Caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2011, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2011	31/12/2010
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	98.196	113.632
Operações contratadas de hedge/swap	(32.887)	(45.425)
	65.309	68.207
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	9.148	8.817
Passivo Líquido Exposto	74.457	77.024

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2012 será de -9,16% para o Dólar (R\$1,684) e -8,80% para o Euro (R\$2,274). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	98.196	89.198	122.745	147.294
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(32.887)	(29.873)	(41.109)	(49.331)
	65.309	59.325	81.636	97.963
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	9.148	8.343	11.435	13.722
Passivo Líquido Exposto	74.457	67.668	93.071	111.685
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	6.790	(18.614)	(37.228)

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2011	31/12/2010
Ativos		
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 3)	931.801	455.641
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	(1.372.148)	(1.087.827)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(32.887)	(45.425)
	(2.005.035)	(1.133.252)
Passivo Líquido Exposto	(1.073.234)	(677.611)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de setembro de 2012 será de 10%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 12%	Cenário Provável SELIC 10%	Cenário Possível SELIC 12,5%	Cenário Remoto SELIC 15%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	931.801	1.024.981	1.048.276	1.071.571
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 12)	(1.372.148)	(1.509.363)	(1.543.667)	(1.577.970)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(657.600)	(672.000)	(686.400)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(32.887)	(36.176)	(36.998)	(37.820)
	(2.005.035)	(2.203.139)	(2.252.664)	(2.302.190)
Passivo Líquido Exposto	(1.073.234)	(1.178.157)	(1.204.388)	(1.230.619)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(104.983)	(131.154)	(157.385)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da Cemig é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a Cemig adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram uma perda em 30 de setembro de 2011 no montante de R\$15.762 (perda de R\$4.097 em 30 de setembro de

2010), registrados no resultado financeiro. As contrapartes das operações de derivativos são o Banco Santander - ABN (contratos são de swap cambial) e o Banco do Brasil (contrato de swap de juros).

A Companhia possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2011.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Perda não Realizada				Efeito acumulado	
				Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago		
				30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2011
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.742	US\$27.263	(47.938)	(69.366)	(47.473)	(70.565)	-	(27.366)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	-	6.411	-	21.329	-	-	-

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI em 30 de setembro de 2012 será de 10%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 30 de setembro de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2012 seria de 12,5% e 15% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 30/09/2011 12%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 12,5%	Cenário Remoto 15%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.887	36.176	36.998	37.820
Efeito Líquido da Variação do CDI		(3.289)	(4.111)	(4.933)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.887	29.873	41.109	49.331
Efeito Líquido da Variação do US\$		3.014	(8.222)	(16.444)
Efeito Líquido		(6.303)	4.111	15.511

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	657.600	672.000	686.400
Efeito Líquido da Variação do CDI		(57.600)	(72.000)	(86.400)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		11.220	(3.180)	(17.580)

22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/09/2011	Valor justo em 30/09/2011		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Certificados de Depósitos Bancários	903.486	-	903.486	-
Letras Financeiras do Tesouro	5.371	5.371	-	-
Letras do Tesouro Nacional	1.725	1.725	-	-
Depósitos Overnight	21.219	-	21.219	-
Passivos				
Contratos de Swaps	26.143	-	26.143	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

23. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

24. REAJUSTE TARIFÁRIO DA COMPANHIA

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração avalia trimestralmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data destas demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados nas demonstrações financeiras ou mesmo devessem ser divulgadas em nota explicativa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0